

RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL

Processo : TC-004577.989.24

Entidade : Câmara Municipal de Pedra Bela

Assunto : Contas Anuais

Exercício : 2024

Presidente : Sr. Vanderlei Lopes da Silva

CPF nº : 378.117.088-84

Período : 01/01/2024 a 31/12/2024 (Arquivo 01)

Relatoria : Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo

Instrução : UR-03/DSF-I

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Tratam os autos das contas apresentadas em face do inciso III do artigo 2º da Lei Complementar Estadual nº 709, de 14 de janeiro de 1993 (Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – LOTCESP).

Em atendimento ao TC-A-030973/026/00, registramos a notificação do Sr. Vanderlei Lopes da Silva, responsável pelas contas em exame, bem como do Sr. Adalto José Maciel Leme, atual responsável (Arquivos 02/03). As respectivas declarações de atualização cadastral (CadTCESP)¹ estão colacionadas nos Arquivos 04/05.

A definição da extensão dos trabalhos, segundo o método da amostragem e relevância, foi planejada pela Fiscalização considerando a análise das seguintes fontes:

1. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Legislativo;
2. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audesp², bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
3. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas deste Tribunal de Contas;

¹ Sistema Cadastro Corporativo TCESP ([CadTCESP](#)).

² Sistema da Divisão de Auditoria de São Paulo. Mais informações na página eletrônica do [Audesp](#).

4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
5. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

Os trabalhos, em virtude de critérios objetivos de seletividade e de análise de risco, foram efetivados remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis, com amparo no regramento previsto no artigo 7º da Resolução TCESP nº 04, de 29 de novembro de 2017³.

DADOS PRELIMINARES E SÍNTESE DO APURADO

Preliminarmente, consignamos os dados e índices do Município e do Órgão considerados relevantes para um diagnóstico:

Mapa das Câmaras	
Município	Pedra Bela
População	6.718
Vereadores	9
Receita Própria Municipal	R\$ 25.755.224,23
Despesa Liquidada com Pessoal e Custeio	R\$ 986.515,67

Dados do exercício em exame extraídos do Mapa das Câmaras. Disponível em: <https://www.tce.sp.gov.br/camarasmunicipais> (acesso em: 07/04/2025).

A Câmara Municipal analisada obteve, nos três últimos exercícios apreciados, os seguintes **julgamentos** de suas contas:

Exercício	Processo	Julgamento	Trânsito em julgado	Principais itens que ensejaram o julgamento irregular
2023	TC-004858.989.23	Regular com ressalva, recomendação e determinação	25/09/2024	-
2022	TC-004624.989.22	Regular com ressalva, recomendação e determinação	10/04/2024	-
2021	TC-006288.989.20	Regular	01/06/2023	-

O resultado dos trabalhos está sintetizado no quadro a seguir, cujas análises e fundamentos apresentam-se em itens próprios deste relatório:

³ [Resolução TCESP nº 04/2017](#)

SÍNTESE DO APURADO		
Verificações	Apuração	Conclusão
Repasse Financeiro Recebidos e Devolução Duodécimo devolvido Saldo para o exercício seguinte	R\$ 232.484,33 (19,07%) R\$ 0,00	regular
Resultados Financeiro, Econômico e Saldo Patrimonial	Regular ⁽¹⁾	
Encargos	Regular	
Limites Legais e Constitucionais - Limite para Despesa de Pessoal 3º Quadrimestre - Artigo 20, inciso III, alínea "a", da Lei Complementar Federal nº 101/2000 (LRF) Percentual máximo: 6,00% Entre 5,4% e 5,7%: início das vedações da LRF	2,0468%	Regular
Limites Legais e Constitucionais - Limite para Gasto com Folha de Pagamento - Artigo 29-A, § 1º, da Constituição Federal Percentual máximo: 70%	56,51%	Regular
Limites Legais e Constitucionais - Limitação com base em 5% da Receita do Município - Artigo 29, inciso VII, da Constituição Federal Percentual máximo: 5%	1,35%	Regular
Limites Legais e Constitucionais - Limite à Despesa Legislativa - Artigo 29-A da Constituição Federal Percentual máximo: Até 100.000 habitantes: 7,00% Entre 100.000 e 300.000: 6,00% Entre 300.001 e 500.000: 5,00% Entre 500.001 e 3.000.000: 4,50% Entre 3.000.001 e 8.000.000: 4,00% Acima de 8.000.000: 3,50%	3,83%	Regular
Restrições de último ano de mandato	Regular	
Subsídio dos Agentes Políticos	Regular	
Controle Interno	Regular	
Cumprimento de Determinações Constitucionais e Legais Relacionadas à Transparência	Regular	
Fiscalização Ordenada	Prejudicado	
Fidedignidade dos Dados Informados ao Sistema AudeSP	Regular	
Denúncias / Representações / Expedientes	Regular	
Atendimento à Lei Orgânica, Instruções, Recomendações e Determinações do TCESP	Irregular	
Julgamento das Contas do Poder Executivo	Regular	

⁽¹⁾ De acordo com relatório extraído do Sistema AudeSP, conforme tabela a seguir, verificou-se um déficit financeiro de R\$ 6,87 no encerramento do exercício. Tal resultado pode estar relacionado à devolução de duodécimos ocorrida em 29/01/2025, conforme apontado no item A.1 deste relatório. Todavia, considerando a insignificância do valor envolvido, entende-se que o referido déficit não compromete, de forma relevante, a situação financeira da Câmara Municipal.

Influência do Resultado Orçamentário sobre o Resultado Financeiro	
Resultado Financeiro do Exercício anterior	R\$ 0,00
(+) Ajustes por Variações Ativas (A+C)	R\$ 1.445.934,02
(-) Ajustes por Variações Passivas (B+D+E)	R\$ 459.425,22
(+/-) Resultado Orçamentário do Exercício	R\$ -986.515,67
Resultado Financeiro do Exercício	R\$ -6,87
Resultado Financeiro do exercício em exame	R\$ -6,87
Diferença apurada	R\$ 0,00

Fonte: Sistema AudeSP.

PERSPECTIVA A: GESTÃO FISCAL**A.1. REPASSES FINANCEIROS RECEBIDOS E DEVOUÇÃO**

Os repasses financeiros e a devolução de duodécimos no exercício em exame seguem discriminados:

Ano	2024	
	Valores	%
Previsão Final (A)	R\$ 1.219.000,00	
Repassados (Bruto) (B)	R\$ 1.218.999,96	100,00%
Saldo do ex. anterior (C)	R\$ -	0,00%
Total disponível (D=B+C)	R\$ 1.218.999,96	100,00%
Resultado (E=D-A)	-R\$ 0,04	0,00%
Devolução (ref. D)	R\$ 232.484,33	19,07%
Saldo para ex. seg.	R\$ -	0,00%

Previsão Inicial para o ex.	2025	R\$ 1.432.000,00
-----------------------------	------	------------------

Fonte: Arquivos 06, 07, 13 (LOA) e item 11 (pág. 04) do Arquivo 32.

A Edilidade procedeu à devolução dos duodécimos apenas ao final do exercício, deixando de realizar essa devolução de forma periódica. O quadro a seguir apresenta as datas e valores devolvidos:

Devolução de duodécimos à Prefeitura no exercício em exame	
Data da devolução	Valor devolvido (R\$)
02/12/2024	65.970,34
23/12/2024	166.507,12
29/01/2025	6,87
TOTAL	232.484,33

Fonte: Arquivos 06, 07 e 32 (item 11, pag. 04).

Sugere-se, portanto, a reiteração da recomendação para que seja adotado procedimento de devolução de duodécimos com periodicidade mensal ou bimestral, como orienta a jurisprudência desta Corte de Contas (Comunicado SDG nº 26, de 15 de maio de 2023).

Nos demais aspectos analisados, não constatamos ocorrências dignas de nota.

A.2. RESULTADOS FINANCEIRO, ECONÔMICO E SALDO PATRIMONIAL

Resultados	Exercício em exame	Exercício anterior	%
Financeiro	R\$ (6,87)	R\$ -	
Econômico	R\$ 30.579,46	R\$ (9.715,35)	414,75%
Patrimonial	R\$ 196.261,70	R\$ 236.853,21	-17,14%

Fonte: Sistema Audesp.

O resultado financeiro do exercício de 2024 apresentou-se negativo em R\$ 6,87, possivelmente em decorrência da devolução de duodécimos realizada em 29/01/2025 e mencionada no item anterior deste relatório.

Entretanto, considerando a irrelevância do montante envolvido, entende-se que referido déficit não compromete a situação financeira da Câmara Municipal de Pedra Bela. Ainda assim, recomenda-se atenção quanto ao controle financeiro, a fim de evitar a reincidência de resultados negativos em exercícios futuros.

A.3. ENCARGOS

A certidão positiva com efeitos de negativa, relativa aos encargos sociais junto ao Instituto Nacional do Seguro Social, e a certidão negativa, referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), estão colacionadas nos Arquivos 14 e 15, respectivamente.

No curso dos trabalhos de fiscalização, não foi constatada nenhuma ocorrência que indicasse o eventual descumprimento dessas obrigações, especialmente em grau que pudesse configurar irregularidade

A.4. LIMITES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

Conforme informado na Síntese do Apurado, com base no apurado pelo Sistema Audesp e consignado no Relatório de Instrução de dezembro do exercício em exame (Arquivo 11), houve cumprimento dos limites legais e constitucionais.

Nos aspectos relevantes, não constatamos ocorrências e/ou divergências dignas de nota nas apurações citadas.

A.5. RESTRIÇÕES DE ÚLTIMO ANO DE MANDATO

A.5.1. DESPESA DE PESSOAL NOS ÚLTIMOS 180 DIAS DO MANDATO

Despesas de Pessoal nos últimos 180 dias do mandato no exercício de:					2024
Mês	Despesas de Pessoal		Receita Corrente Líquida		Parâmetro
06	R\$	692.565,86	R\$	36.044.495,88	1,9214%
07	R\$	707.992,34	R\$	36.568.067,25	1,9361%
08	R\$	725.464,76	R\$	36.968.534,65	1,9624%
09	R\$	735.729,67	R\$	37.187.478,25	1,9784%
10	R\$	748.176,93	R\$	37.616.464,46	1,9890%
11	R\$	761.133,59	R\$	37.492.359,19	2,0301%
12	R\$	776.750,84	R\$	37.950.047,69	2,0468%
Aumento de despesas nos últimos 180 dias do mandato em:					0,13%

Fonte: Arquivo 11, item 2.3.

O aumento da taxa da despesa de pessoal evidenciado no quadro anterior não tem relação com atos de gestão expedidos a partir de 5 de julho do exercício em exame. Tal incremento tem origem em leis editadas antes do

presente lapso de vedação⁴, restando por isso atendido o artigo 21, inciso II, da LRF.

Nos termos do artigo 59, § 1º, inciso V, da LRF, a Câmara foi alertada, por sete vezes, sobre possível descumprimento da norma fiscal em análise (Arquivos 16 a 22).

Quanto às **DESPESAS ASSUMIDAS NOS DOIS ÚLTIMOS QUADRIMESTRES**, constatamos suficiente disponibilidade para sua cobertura, nos termos do artigo 42 da LRF, conforme item 2.4 do relatório do Arquivo 11.

A.6. SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS

Em 2024, não foi concedida revisão geral anual (RGA) aos agentes políticos da Câmara Municipal de Pedra, conforme declaração do Arquivo 23 e análise dos documentos apresentados ao Sistema Audesp.

Verificamos que o subsídio mensal fixado aos Vereadores e Presidente da Câmara atende ao limite do artigo 29, inciso VI, da Constituição Federal (limitação com base no subsídio dos Deputados Estaduais):

População do Município	6.718	%	Valor Limite	
Subsídio Deputado Estadual	R\$ 33.006,39	20,00%	6.601,28	
Diferença individual				
Subsídio do Vereador	R\$ 3.176,59	9,62%	3.424,69	A menor
Número de Vereadores	8			
Número de meses	12			
Subsídios dos Vereadores	R\$ 304.952,64			
Valor máximo p/ Vereadores	R\$ 633.722,69			
Diferença total	R\$ 328.770,05	A menor		

População estimada do exercício em exame (Arquivo 46).

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 12/03/2025.

Subsídio dos Vereadores: Arquivo 24.

População do Município	6.718	%	Valor Limite	
Subsídio Deputado Estadual	R\$ 33.006,39	20,00%	6.601,28	
Diferença individual				
Subsídio do Presidente	R\$ 3.676,00	11,14%	2.925,28	A menor
Número de meses	12			
Subsídio anual do Presidente	R\$ 44.112,00			
Valor máximo p/ Presidente	R\$ 79.215,34			
Diferença total	R\$ 35.103,34	A menor		

População estimada do exercício em exame (Arquivo 46).

Fonte: IBGE. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html>. Acesso em: 12/03/2025.

Subsídio do Presidente: Arquivo 24.

⁴ Admissões de pessoal decorrentes do Concurso Público nº 01/2023, homologado em 20/12/2023 (cargos de contador e controlador interno) e em 19/02/2024 (procurador jurídico). Referidas admissões são objeto de análise no TC-005838.989.25.

Na mesma esteira, constatamos que o subsídio anual pago aos Vereadores e Presidente da Câmara atende ao limite do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal (limitado ao valor do subsídio anual fixado para o Prefeito):

Subsídio anual fixado para o Prefeito	R\$ 126.076,56	Pagamento:	
Subsídio anual pago p/ Presidente da Câmara	R\$ 44.112,00		Correto
Subsídio anual pago para cada Vereador	R\$ 38.119,08		Correto

Fonte: Arquivos 24/25.

Por fim, não constatamos pagamento de verbas de gabinete, ajudas de custo, auxílio, encargos de gabinete ou sessões extraordinárias aos Vereadores e/ou ao Presidente.

PERSPECTIVA B: DEMAIS ASSUNTOS OBJETO DO PLANEJAMENTO

Face aos critérios de seletividade e à análise de risco, foram planejados outros assuntos para abordagem no presente trabalho, conforme segue.

B.1. CONTROLE INTERNO

Nas análises efetuadas, não constatamos ocorrências dignas de nota.

O responsável pelo Controle Interno é servidor efetivo, aprovado em concurso público para o cargo específico de controlador. Possui formação acadêmica em Administração e título de mestre em Economia Política (conforme Arquivo 26). Os relatórios emitidos no período em análise estão disponíveis nos Arquivos 27 a 33.

B.2. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS RELACIONADAS À TRANSPARÊNCIA

Face ao disposto na Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação – LAI), constatamos que a referida norma foi regulamentada no âmbito do Poder Executivo. Contudo, tal regulamentação não abrange a Câmara Municipal de Pedra Bela, conforme demonstrado no documento constante do Arquivo 35.

Verificou-se, ainda, a inexistência de regulamentação específica da LAI e do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão (e-SIC) no âmbito da Câmara Municipal. Apesar disso, entende-se que o acesso à informação pública está assegurado por meio do portal eletrônico da Câmara/Portal da Transparência, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011 e com o Decreto Federal nº 7.724/2012.

Quanto ao e-SIC, o acesso pode ser realizado por meio do seguinte link: [SIC - Serviço de informação ao cidadão - Câmara Municipal de Pedra Bela](#).

No que se refere à transparência ativa, destacam-se as seguintes observações:

- O Poder Legislativo mantém página institucional na Internet com informações atualizadas periodicamente (www.camarapedrabela.sp.gov.br);
- O acesso à página/portal de transparência é livre, sem exigência de senha ou cadastramento de usuários, e conta com recursos de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais;
- O portal disponibiliza ferramenta de busca de conteúdo, permitindo a extração de relatórios em diversos formatos eletrônicos, o que facilita a análise e o tratamento das informações, além de possibilitar o acompanhamento das solicitações realizadas;
- Houve publicação dos valores referentes aos subsídios dos agentes políticos e à remuneração dos cargos e empregos públicos, conforme previsto no artigo 39, § 6º, da Constituição Federal;
- As contas do Chefe do Poder Executivo permaneceram disponíveis para consulta da população ao longo do ano, em atendimento ao artigo 49 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- O Relatório de Gestão Fiscal, nos termos dos artigos 55, § 2º, e 63, inciso II, alínea “b”, da LRF, referente ao exercício de 2024, foi publicado no Diário Oficial em 30/01/2025, além de ter sido disponibilizado no portal eletrônico da Câmara Municipal ([Contas Públicas - Resultado da Busca - Câmara Municipal de Pedra Bela](#)).

B.3. PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Analisamos a participação do Legislativo local na elaboração, discussão e votação do orçamento, bem como o acompanhamento da execução das políticas públicas previstas, tendo constatado o que segue.

Inicialmente, consignamos que o Município apresenta a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal (IEG-M)⁵:

⁵ Mais informações no [Painel IEG-M](#).

INDICADOR TEMÁTICO	2020	2021	2022	2023
IEG-M:	C+ ↓	C ↓	C+ ↑	C ↓
i-PLANEJAMENTO:	C ↑	C ↑	C	C ↑
i-FISCAL:	B+ ↓	B+ ↓	B+ ↓	C+ ↓
i-EDUC:	C+ ↓	C ↓	C+ ↑	C+ ↑
i-SAÚDE:	C+ ↓	C+ ↓	B ↑	C+ ↓
i-AMB:	C ↓	C ↑	C ↑	C ↑
i-CIDADE:	C ↑	C+ ↑	C+	C ↓
i-GOV TI:	C+ ↑	C+ ↓	C ↓	C ↓

Legenda:

↑ Município subiu de faixa ou permaneceu na mesma faixa, mas sua nota **aumentou**.

↓ Município caiu de faixa ou permaneceu na mesma faixa, mas sua nota **diminuiu**.

B.3.1. ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

A Câmara Municipal de Pedra Bela realizou audiências públicas para debater os planos orçamentários, as quais foram divulgadas por meio do site oficial do Legislativo e ocorreram em dias úteis, a partir das 18 horas, conforme demonstram os documentos constantes dos Arquivos 37 a 40.

De acordo com a certidão contida no Arquivo 41, a Câmara informa o encaminhamento de 36 requerimentos e 210 indicações em relação às demandas da população. No entanto, o referido documento ressalta que não formalizou qualquer expediente ao Executivo com a finalidade específica de subsidiar a elaboração do orçamento, seja por meio de diagnósticos detalhados ou da indicação de políticas públicas a serem executadas.

Por outro lado, observa-se uma baixa participação da população nas audiências realizadas no exercício de 2024 (Arquivos 38, pág. 02, e 40, págs. 01/02), o que pode representar um sinal de alerta ao Legislativo quanto à necessidade de aprimorar os mecanismos de divulgação dessas audiências, bem como de estimular a participação cidadã. O incentivo à participação popular, inclusive, foi objeto de recomendação nas contas do exercício de 2023 (TC-004858.989.23).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos essenciais para a gestão financeira e orçamentária do município, pois definem as metas e prioridades para o exercício fiscal. No entanto, sua eficácia está diretamente relacionada à capacidade de incorporar as demandas da população, refletindo suas necessidades, aspirações e preocupações.

Ressalte-se que o município, conforme demonstrado na tabela do item A.1 deste relatório, apresenta um histórico desfavorável no indicador i-Planejamento ("C"). Tal desempenho pode estar associado, entre outros fatores, à ausência de mecanismos mais eficazes de participação cidadã e de coleta estruturada de demandas, comprometendo, assim, um conhecimento mais aprofundado das reais necessidades da população.

B.3.2. ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

A Câmara Municipal de Pedra Bela informa, no Arquivo 42, que não dispõe de setor específico destinado ao acompanhamento do planejamento e da execução das políticas públicas municipais. Diante disso, é razoável inferir que o Legislativo local não estaria exercendo, de forma plena, sua competência constitucional de controle externo, prevista no artigo 70, combinado com o artigo 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal.

Cabe destacar que tal situação configura reincidência em relação às contas do exercício de 2022 (TC-004624.989.22), ocasião em que foi exarada recomendação à Edilidade para que promovesse o acompanhamento da execução orçamentária e a avaliação das políticas públicas implementadas pelo município.

PERSPECTIVA C: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

C.1. FISCALIZAÇÃO ORDENADA

Não foi realizada Fiscalização Ordenada no órgão no exercício em exame.

C.2. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização, não foram encontradas divergências entre os dados da Origem e os prestados ao Sistema AudeSP.

C.3. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

Não foram instaurados procedimentos administrativos ou comissões de inquérito (Arquivo 43).

C.4. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES DO TCESP

No decorrer do exercício em análise, a Câmara Municipal de Pedra Bela encaminhou documentos/informações ao Sistema AudeSP de forma intempestiva, fato que configura descumprimento da Lei Orgânica e das Instruções deste Tribunal de Contas.

Tipo de Documento	Referência	Ano	Data. Prazo de Entrega	Entregue no Prazo	Data de Entrega
Conciliações Bancárias Mensais	4	2024	03/06/2024	Não	11/06/2024
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	12	2023	10/01/2024	Não	16/01/2024
Atualização do Cadastro Geral de Entidades - Mensal	8	2024	10/09/2024	Não	25/09/2024

No que se refere às recomendações/determinações, haja vista os últimos exercícios tempestivamente apreciados, face à amostragem, à relevância e à materialidade, assim como a jurisprudência mais recente, verificamos, no exercício em exame:

Exercício 2022	TC 004624.989.22	DOE-TCESP 18/03/2024	Data do Trânsito em julgado 10/04/2024
Recomendações / determinações			Atendida
Providenciar a regulamentação da Lei de Acesso à Informação (LAI)			Não
Devolução periódica (mensal ou bimestral) dos recursos financeiros que não lhes serão necessários			Não

Deixamos de informar as recomendações e determinações exaradas para as contas de 2023 (TC-004858.989.23)⁶, uma vez que o trânsito em julgado da decisão ocorreu em 25/09/2024. Assim, o atendimento das referidas recomendações e determinações será objeto de análise na próxima fiscalização ordinária do Órgão. Quanto às contas relativas ao exercício de 2021 (TC-006288.989.20), estas foram julgadas regulares, não tendo sido emitidas recomendações.

Além disso, quanto às recomendações e determinações desta Corte, emitidas a partir do exercício de 2010, o responsável pela Câmara Municipal de Pedra Bela foi devidamente cientificado em 19 de março de 2024, conforme consta no Ofício nº 130/2024, anexado no Evento 9.2 (pág. 9).

Como demonstrado em itens deste relatório, com exceção dos dois últimos exercícios apreciados, as seguintes recomendações/determinações permanecem sem atendimento:

Exercício	Processo	Recomendação/Determinação
2011	002908/026/11	▪ atente para a forma e os prazos previstos nas Instruções vigentes para a remessa de documentos e informações por meio do Sistema Audesp, evitando cominações mais severas no julgamento das contas dos próximos exercícios.
2013	000496/026/13	▪ acolha as recomendações oferecidas pela ATJ.
2015	001065/026/15	▪ cumpra as Instruções e recomendações desta E. Corte, especialmente quanto ao envio de informações ao Sistema Audesp.

⁶ Recomendações exaradas na apreciação das contas do exercício de 2024:

- Incentive a participação popular nos debates dos planos orçamentários;
- Promova a devolução de duodécimos com periodicidade mensal ou bimestral, consoante orienta o Comunicado SDG nº 26, de 15 de maio de 2023, possibilitando sua aplicação nas políticas públicas do Executivo;
- Exija apresentação da declaração de imposto de renda e proventos de qualquer natureza dos servidores, em atendimento ao artigo 13 da Lei Federal nº 8.429/929; e
- Atenda integralmente às recomendações e determinações exaradas pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Exercício	Processo	Recomendação/Determinação
2019	005245.989.19	▪ Assegure a efetividade de todas as orientações, recomendações e determinações exaradas por este Tribunal.

Destacamos que o não atendimento às recomendações e determinações constitui um dos fundamentos para o julgamento de irregularidade das Contas Anuais de Legislativos, conforme demonstram, a título de exemplo, os Processos TC-002502/026/14 (Câmara Municipal de Limeira – Exercício de 2014), TC-6250.989.16-7 (Câmara Municipal de Valinhos – Exercício de 2017) e TC-004680.989.18-3 (Câmara Municipal de Altair – Exercício de 2018).

C.5. JULGAMENTO DAS CONTAS DO PODER EXECUTIVO

Exercício	Processo	Parecer	Resultado do Julgamento
2022	TC-003966.989.22	Favorável com advertência, recomendação e determinação	Parecer prévio acolhido. Decreto Legislativo nº 19, de 13 de novembro de 2024
2021	TC-006919.989.20	Favorável com advertência e determinação	Parecer prévio acolhido. Decreto Legislativo nº 18, de 28 de maio de 2024
2020	TC-002936.989.20	Favorável com advertência e determinação	Parecer prévio acolhido. Decreto Legislativo nº 17, de 22 de novembro de 2022

Fonte: Decretos Legislativos do Arquivo 44.

C.6. DO AUTO DE VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS

O imóvel em que se localiza a Câmara Municipal de Pedra Bela conta com o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros (AVCB), conforme documento do Arquivo 45. Cumpre, portanto, o disposto no **Decreto Estadual nº 63.911, de 10 de dezembro de 2018**.

C.7 DECLARAÇÃO DE BENS

Verificamos que os servidores públicos e Agentes Políticos da Câmara Municipal de Pedra Bela apresentaram e atualizaram a declaração de bens (Arquivo 47), cumprindo assim o § 2º do artigo 13 da Lei Federal nº 8.429/92.

CONCLUSÃO

Observada a instrução processual aplicável ao julgamento aludido no artigo 33 da LOTCESP, a Fiscalização, na conclusão de seus trabalhos, aponta as seguintes ocorrências:

1. No item DADOS PRELIMARES E SÍNTESE DO APURADO:

- As devoluções de duodécimos não observaram as orientações do Comunicado SDG nº 26/2023, não sendo efetuadas mensal ou bimestralmente;
- Não atendimento integral à Lei Orgânica, Instruções, Recomendações e Determinações deste Tribunal, diante da remessa intempestiva de documentos/informações ao Sistema Audesp e não observância a recomendações exaradas em exercícios anteriores.

2. No item A.1. REPASSES FINANCEIROS RECEBIDOS E DEVOLUÇÃO:

- As devoluções de duodécimos somaram 19,07% do valor recebido e não observaram as orientações do Comunicado SDG nº 26/2023, para que fossem realizadas em periodicidade mensal ou bimestral;

3. No item B.3.1. ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO MUNICIPAL

- Embora as audiências públicas tenham sido divulgadas por meio do Diário Oficial e do site do Legislativo, a participação popular foi bastante reduzida, o que evidencia a necessidade de aprimoramento nas estratégias de divulgação e de convencimento à participação da população por parte da Câmara Municipal. O incentivo à participação popular foi recomendado no julgamento das contas do exercício de 2023, abrigadas no TC-004858.989.23.

4. No item B.3.2. ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

- A Câmara Municipal informa que não dispõe de setor/comissão responsável pelo acompanhamento da execução do orçamento e das políticas públicas pelo Poder Executivo. Assim, deixa de exercer sua competência constitucional de controle externo prevista no artigo 70, c/c o artigo 166, § 1º, inciso II, da Constituição Federal. Tal fato deu ensejo a recomendação exarada no julgamento das contas do exercício de 2022 (TC-004624.989.22).

5. No item C.4. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES, RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES:

- Entregas intempestivas de documentos/informações ao Sistema Audesp configurando descumprimento da Lei Orgânica e das Instruções deste Tribunal;
- Recomendações exaradas em exercícios anteriores não estão sendo integralmente atendidas pela Câmara Municipal de Pedra Bela.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-03 – Campinas, em 07 de abril de 2025.

Antonio Geraldo Pereira
Auditor de Controle Externo